

O Espaço da Introdução

EM *Moradas del Castillo Interior*, um dos mais belos textos místicos da literatura universal, Santa Teresa de Jesus descreve as várias moradas da alma com base na alegoria do castelo, atribuindo um significado próprio aos fossos, adarves, muralhas, cercas e arrabaldes, até se atingir o alcáçar ou torre de menagem, onde Deus tem a sua alcova pessoal e donde governa toda a gente do castelo. Trata-se de uma alegoria espacial, em que o espaço é rigidamente organizado e hierarquizado de modo a testemunhar uma ordem inequívoca e estática, a cujo destino atemporal Deus preside, postado num centro inexpugnável, um super-espaço, que a todos os demais espaços dá coerência.

Escritas em 1577, sob a influência de outro grande místico, San Juan de la Cruz, as *Moradas* representam bem o estilo argumentativo do pensamento clássico. Como diz Chaim Perelman no seu tratado de argumentação, *A Nova Retórica*, o pensamento clássico privilegia as metáforas espaciais, ao contrário do pensamento moderno, que privilegia as metáforas temporais. A metáfora do progresso é, quiçá, o exemplo matricial do estilo argumentativo do pensamento moderno, e dela

derivam outras, nomeadamente as do desenvolvimento pessoal e sócio-económico, em que assentam todas as ciências sociais.

É, no entanto, curioso observar que, ao chegarmos ao fim do século, assistimos à reemergência das metáforas espaciais, não sendo por acaso que o debate sobre o pós-modernismo se iniciou na arquitectura. As ciências sociais que, tal como a lua, não têm luz própria, começam a reflectir esta mudança argumentativa. O espaço volta a ter o seu espaço. Significa isto que regressamos às *moradas* de Santa Teresa? De modo nenhum. Não nos imaginamos em castelos e muito menos interiores. Desfizeram-se as muralhas e atulharam-se os fossos que dantes separavam o dentro e o fora. A torre de menagem ruiu sob o seu próprio peso e Deus vagueia entre as pedras feito musgo ou aragem. Mudámos, pois, de morada, do culto das colinas para a beira mar, dos castelos para as dunas. Fugimos do centro para a periferia ou da periferia para o centro? Sabemos tão-só que carregamos um e outro no mesmo saco, misturados como dados do pocker. Somos ingovernáveis ou mesmo inencontráveis? Não, mas partilhamos o destino do cavaleiro mongol descrito por Elias Canetti nesse belíssimo tratado de sociologia geral, *Multidões e Poder*: reduz-se ao mínimo o *espaço* do comando porque, ao contrário do cão mandado pelo seu dono, é o corpo do cavaleiro que dá directamente ordens ao corpo do cavalo.

Paradoxalmente, são todas estas mudanças que nos devolvem, não muito são mas salvos, à preocupação teresiana da morada. O carácter simultaneamente íntimo e difuso, omnipresente e movediço das dunas da nossa existência pós-moderna faz com que nos seja impossível saber quem somos sem saber onde estamos. Daí, a ressurreição do espaço, o modo privilegiado de pensarmos o tempo do fim do século.

As ciências sociais partilham connosco a responsabilidade de todas estas mudanças. Foi, em boa parte, com elas em riste que arrasámos os castelos, onde durante tanto tempo morámos, e nos deixámos guiar até aos baixios da beira-mar. Não

admira, pois, que sejam agora nossos cúmplices e acólitos nesta busca do espaço perdido. Este número da *Revista Crítica de Ciências Sociais* é testemunho dessa busca. A aspiração transdisciplinar que é timbre do *Centro de Estudos Sociais* que publica a *Revista* faz com que neste número se juntem contribuições de sociólogos, economistas, geógrafos, juristas, críticos literários e arquitectos, todos eles congregados pelo desejo de revalorizar o espaço, enquanto objecto teórico, de privilegiar enquanto horizonte temático capaz de resolver, por sobre as divisões disciplinares, alguns problemas velhos e outros problemas novos, e outros ainda falsamente novos.

7

O pensamento científico-social clássico, de Saint-Simon e Comte a Marx e Max Weber, desenvolveu um portentoso paradigma espaço-temporal sobre a organização da sociedade. Esse paradigma assentava numa dupla dicotomia: a dicotomia agricultura/indústria e a dicotomia rural/urbano. O que a primeira designava sobre os modos como as pessoas produziam os bens económicos correspondia ao que a segunda designava sobre os modos como as pessoas viviam. Era, pois, um paradigma explicitamente espacial, pois a agricultura e o rural constituíam um espaço diferente e segregado do constituído pela indústria e pelo urbano. Mas era também, implícita e, por vezes, explicitamente, um paradigma temporal, pois, enquanto a agricultura e o rural pertenciam ao passado, a indústria e o urbano pertenciam ao futuro. Industrialização e urbanização eram, assim, as duas faces da mesma moeda com que cientistas sociais e planeadores mercadeavam o desenvolvimento social.

Até à década de sessenta as transformações havidas, sobretudo nas sociedades capitalistas centrais, pareceram confirmar as virtualidades explicativas do paradigma clássico. Contudo, nos últimos quinze ou vinte anos ocorreram outras transformações que se cristalizaram em novas (ou renovadas) configurações espaciais e espaço-temporais susceptíveis de comprometer, e até de subverter, as evidências a que o paradigma clássico nos habituara. A pequena agricultura familiar não

se industrializou nem desapareceu, e antes revelou uma enorme capacidade de adaptação às novas condições, bem demonstrada na divulgação da agricultura a tempo parcial e da pluri-actividade, com a conseqüente complementaridade entre rendimentos provenientes da agricultura e rendimentos provenientes da indústria. Com isto, criou-se uma nova articulação entre a agricultura e a indústria, com a agricultura a assumir nalgumas regiões um papel decisivo na produção de subsistências e, portanto, na reprodução da força de trabalho assalariada na indústria. Daqui resultaram, por sua vez, novas formas de industrialização e de desindustrialização. Os grandes pólos de desenvolvimento urbano industrial perderam ímpeto ou entraram mesmo em rápido declínio e, à sua volta ou longe deles, foram-se expandindo formas de industrialização difusa e desurbanizada, com grandes empresas a deslocarem-se ou deslocarem parte da sua produção para zonas rurais em busca de uma relação salarial mais maleável, ao mesmo tempo que se multiplicavam e assumiam importância pequenas empresas de origem local, frutos de dinâmicas endógenas até então insuspeitadas.

Todas estas transformações se plasmaram em novas configurações espaciais, que vieram subverter a correlação íntima entre urbanização e industrialização (a ruralização da indústria; o uso extensivo do espaço; a desconcentração da produção) e, ao mesmo tempo, questionar a distinção rural/urbano (a emergência da rurbanização e da peri-urbanização). O questionamento do paradigma espacial clássico que daqui resultou criou, por si, algumas das condições teóricas para a renovação do interesse pela análise do espaço e, portanto, da dimensão territorial das relações sociais. Tal renovação emerge com nitidez nos artigos incluídos neste número da *Revista*. A pluralidade das análises teóricas e empíricas tem a coerência específica que lhe advém do facto de as várias perspectivas estarem, todas elas, vinculadas a um ou vários dos problemas mais inovadores suscitados pela nova ordem espacial.

O primeiro problema, talvez o mais abstracto, diz respeito às categorias com que definimos a realidade social. A crescente imprecisão das fronteiras entre o rural e o urbano levam a criticar esta dicotomia clássica e a propor vias para uma possível reconceptualização. É este o tema do artigo de Mingione e Pugliese. Aliás, uma das manifestações mais fortes da crescente interpenetração do rural e do urbano é o fenómeno da peri-urbanização analisado por António Gama a partir de um estudo empírico da região de Leiria. O problema da definição das categorias tem uma vertente acentuadamente técnica, na medida em que os departamentos de estatística dos vários países continuam a utilizar a dicotomia rural/urbano para proceder às leituras demográficas da população. João Peixoto analisa este problema no caso português e propõe uma alteração do critério de definição estatística do urbano, com vista a adequar esta categoria às mais recentes transformações sócio-espaciais no nosso país.

9

O segundo problema diz respeito à definição do que é comum e do que é específico no modo como a nova ordem espacial se configura nos diferentes países. Uma das características mais significativas das transformações sócio-espaciais dos últimos vinte anos é o facto de as suas manifestações serem detectáveis em países muito diferentes, com graus de desenvolvimento muito distintos e em posições muito díspares no sistema mundial. Contudo, uma análise mais cuidada das transformações ocorridas em cada país é susceptível de revelar especificidades importantes, que decorrem do modo como os movimentos transnacionais se inserem no contexto sócio-histórico de cada país, dando origem a configurações específicas sujeitas a lógicas de desenvolvimento próprias. O caso de Portugal, uma sociedade tão próxima de tanta coisa que está para além dela e a afecta, é particularmente elucidativo a este respeito. Daí que este problema seja tratado em quase todos os artigos de autores portugueses e, em especial, nos artigos de José Reis, Pedro Hespanha, João Peixoto e Maria Manuel Leitão Marques. Correspondentemente o artigo de

Mingione e Pugliese vincula-se sobretudo ao caso italiano e o artigo de Gilly ao caso francês.

O terceiro problema tem implicações teóricas profundas e consiste em saber em que medida a nova ordem espacial é de facto nova ou é antes um efeito da prolongada hegemonia do paradigma espacial clássico. Neste último caso, as «novas» configurações espaciais existiram sempre, mas a dicotomia rural/urbano ocultou-as de tal modo que hoje, no momento em que o paradigma entra em crise, somos forçados a conceber como novo o que é de facto velho. Este problema é tratado a nível teórico por Mingione e Pugliese e a nível empírico por Pedro Hespanha, José Reis, António Gama e Álvaro Domingues e Teresa Marques. Os quatro últimos artigos mostram também que o que há de novo nos novos localismos espaciais tem profundas raízes na história social de cada uma delas. Pedro Hespanha mostra como o valor simbólico ancestral da posse da terra se actualiza e reforça no modo como as famílias camponesas e operárias que vivem no campo se adaptam às novas condições de reprodução do quadro de vida. José Reis e António Gama revelam alguns traços da história industrial de Águeda e de Leiria, respectivamente, e Álvaro Domingues e Teresa Marques mostram como, no Vale do Ave, a dinâmica recente da industrialização difusa e da pluriactividade tem profundas raízes na forma como, a partir dos meados do século XIX, se foi organizando a produção industrial fundamentalmente baseada nos produtos têxteis.

O quarto e último problema suscitado pela nova ordem espacial diz respeito aos modos como, em cada país, as dinâmicas locais se articulam com estratégias produtivas internacionais. A nova ordem espacial desfigurou a tal ponto a unidade e a coerência da organização espacial «clássica» que a sua lógica foi desde início concebida como uma lógica de fragmentação dos espaços, de criação de micro-climas espaciais, de localismos diferenciados onde se desenvolvem padrões de relações sociais específicos que, em certos momentos, e segundo certas circunstâncias, se convertem em potenciadores eficazes de dinâmicas locais, de transformações sociais com base em recursos

endógenos. A fragmentação e os localismos encontram tradução analítica em conceitos como os de sistema ou espaço produtivo local, segmentação dos mercados de trabalho, bacia ou bolsa de trabalho, discontinuidade das sociedades industriais, e são empiricamente verificáveis nos estudos de caso incluídos neste número, de Leiria a Águeda, do Vale do Ave ao Baixo Mondego.

Mas uma excessiva atenção à eficácia produtiva do espaço fragmentário e localizado pode fazer perder de vista a lógica da sua própria produção, mais ou menos subsidiária de estratégias produtivas transnacionais. Aliás, hoje mais do que nunca, o internacional reproduz-se através do nacional, o global através do local, o universal através do particular; e isto tanto na esfera da produção como na da política ou da cultura, tanto ao nível do espaço material como ao nível do espaço simbólico. Daí que a análise dos localismos espaço-sociais não deva em si mesma ser localista e, pelo contrário, deva incidir nas articulações entre dinâmicas locais e movimentos transnacionais e estabelecer, como prioridade analítica, as mediações entre o local, o regional, o nacional e o internacional. Esta perspectiva é desenvolvida com especial cuidado analítico no artigo de José Reis. Devem ser também mencionados a este propósito os artigos de António Gama e João Ferrão.

11

De resto, o aprofundamento do localismo numa área de intervenção social pode ser compensado pela relativa neutralização da variável espacial noutra área de intervenção social. Este contraponto constitui o núcleo central do artigo de Maria Manuel Leitão Marques, em que se pretende demonstrar que os instrumentos jurídicos das relações entre empresas (por exemplo, no domínio da subcontratação) são produzidos a nível nacional ou internacional, independentemente dos espaços locais ou regionais que, entretanto, ajudam a modelar.

O internacionalismo que simultaneamente se contrapõe ao localismo e se alimenta dele faz-nos regressar a Santa Teresa e às *Moradas del Castillo Interior*. Não se trata de um internacionalismo

horizontal e interdependente, com portas a abrirem e a fecharem indiferentemente para cada uma das moradas de que é feito o mundo. Trata-se, antes, de um internacionalismo vertical e hierárquico, onde há ricos e pobres, opressores e oprimidos, deuses e súbditos, torres de menagem e arrabaldes, e a esta luz talvez seja exagerado pensar que o castelo se desfez já e por completo neste fim de século. Depois da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos da América passaram a ocupar a torre de menagem do castelo mundial entretanto reconstruído. Deste super-espço governaram, incontestadamente, durante várias décadas, todas as gentes do castelo. Era um governo simultaneamente novo e antigo, que parecia realizar finalmente a promessa mítica com que os *pilgrims* tinham inchado as velas à saída de Plymouth. Era contudo uma aparência feita de contradição, um super-espço que era também um espço vazio para percorrer de cabeça vazia, como pretendeu Sam Shepard e antes dele Jack Kerouac. Esta contradição é eloquentemente analisada por Maria Irene Ramalho que, como crítica literária, ensina aos cientistas sociais que os espços nunca são só produtivos e materiais. São sempre e simultaneamente inventivos e simbólicos. E se hoje a torre de menagem do capitalismo americano dá sinais de ruína, é bom verificar que, muitos anos antes, castelejos clarividentes, como só os romancistas e os poetas sabem ser, deram conta da ruína dos símbolos fundadores desse super-espço.

Com a ruína eventual deste super-espço outros ruiriam e, quiçá, outros das ruínas surgiriam. Desvendá-los seria então a tarefa sisífica dos cientistas sociais. Mas enquanto Santa Teresa tinha a certeza de que depois de muitas orações e tormentos franquearia finalmente as *moradas septimas* onde o seu Senhor se lhe ofereceria em plenitude, aos cientistas sociais talvez não coubesse outro espanto que a verificação de um super-vazio com que durante tanto tempo encheram os nossos espços e os espços dos nossos espços.

Boaventura de Sousa Santos